

Sul América Odontológico S.A.

CNPJ 11.973.134/0001-05

Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Odontológico S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390 emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/16. No âmbito internacional, eventos como o *Brexit* (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permaneceram em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado à baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio deprimido e a recuperação dos preços das commodities permitiu à indústria comercializar o superávit de US\$477 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$66,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação que se mostrava mais resiliente ao

longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84%, em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central descesse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a Selic foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos meses. As expectativas que cercaram o ano 2017 permitem certo otimismo. O esperado dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017. **2. Principais informações financeiras:**

Resultado (R\$ milhões)	2016	2015	Δ
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde	109,6	74,6	46,8%
Eventos indenizáveis líquidos	(61,6)	(33,7)	-82,9%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	48,0	40,9	17,1%
Resultado financeiro líquido	72	50	44,5%
Resultado antes dos impostos e participações	28,0	22,6	23,9%
Resultado líquido	18,2	14,7	23,7%

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2016, a receita das contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde foi de R\$109,6 milhões, 46,8% acima do apresentado em 2015.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Ativo			
Circulante		64.194	41.572
Disponível	–	173	249
Realizável	–	64.021	41.323
Aplicações financeiras	5	53.146	33.566
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	15.373	12.836
Aplicações livres	–	37.773	20.730
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	2.497	3.113
Contraprestação pecuniária a receber	–	2.497	3.113
Despesas diferidas	–	4.172	3.124
Créditos tributários e previdenciários	7.1	4.095	1.097
Bens e títulos a receber	–	111	423
Não circulante		37.634	36.899
Realizável a longo prazo	–	7.241	6.517
Créditos tributários e previdenciários	7.2	611	–
Despesas de comercialização diferidas	–	2.945	3.121
Ativo fiscal diferido	7.2	3.653	3.309
Depósitos judiciais e fiscais	13	32	87
Imobilizado	–	60	65
Imobilizado de uso próprio	–	60	65
Não hospitalares / Odontológicos	–	60	65
Intangível	8	30.333	30.317
Total do ativo		101.828	78.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2016	2015
Passivo			
Circulante		31.771	21.576
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	14.637	11.102
Provisões de contraprestações	–	1.505	1.202
Provisão de contraprestação não ganha	–	1.505	1.202
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	2.296	2.337
Provisão de eventos ocorridos e não avisados	–	10.836	7.563
Débitos de operações de assistência à saúde	3.5	2.163	2.91
Contraprestações a restituir	–	5	–
Comercialização sobre operações	–	918	757
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	1.240	2.153
Débitos com operações assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	354	411
Provisões	–	1.676	970
Provisão para IR e CSLL	–	1.671	957
Provisão para ações judiciais	13.2	5	13
Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.712	1.520
Débitos diversos	11	11.229	4.663
Não circulante		774	1.481
Provisões	–	558	1.443
Provisões para ações judiciais	13.2	558	1.443
Tributos e encargos sociais a recolher	10	216	38
Tributos e encargos sociais a recolher	–	216	38
Patrimônio líquido	–	62.283	55.417
Capital social	14	40.251	40.251
Reservas	–	29.032	15.163
Total do passivo		101.828	78.471

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01/01/2015	40.251	814	9.647	10.461	–	50.712
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	14.702	14.702
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	–	735	–	735	(735)	–
Reserva estatutária	–	–	3.967	3.967	(3.967)	–
Dividendos obrigatórios – R\$0,0854 por ação conforme aprovado pela RCA de 09/11/2015	–	–	–	–	(3.492)	(3.492)
Dividendos adicionais antecipados – R\$0,1591 por ação conforme aprovado pela RCA de 09/11/2015	–	–	–	–	(6.508)	(6.508)
Saldos em 31/12/2015	40.251	1.549	13.614	15.163	–	55.414
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	18.189	18.189
Proposta para destinação do lucro:						
Reserva legal	–	909	–	909	(909)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,1056 por ação	–	–	–	–	(4.320)	(4.320)
Constituição de reserva estatutária	–	–	12.960	12.960	(12.960)	–
Saldos em 31/12/2016	40.251	2.458	26.574	29.032	–	69.283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA ODONTOLÓGICA S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14/05/2010, domiciliada no Brasil, com sede na Rua dos Pinheiros, nº 1.673, 7º andar, Ala Sul e 11º andar, Pinheiros, no estado de São Paulo. A Companhia foi adquirida em 08/02/2010 pela Sul América Companhia de Seguro Saúde, tendo como objeto social principal a operação de planos privados de assistência à saúde odontológica, conforme autorização concedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 24/01/2011. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde, com 100% de ações ordinárias e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA). A SASA é uma companhia de capital aberto controlada pela Sulespax Participações S.A., controladora de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,84% de participação total, e publicou em 22 de fevereiro de 2017 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Nestas demonstrações financeiras denominamos de "SulAmérica" o conjunto de empresas controladas pela Sul América S.A., o qual a Companhia faz parte. **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 390 emitida em 02/12/2015. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma essas demonstrações financeiras, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente à emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item reconhecido nos balanços patrimoniais pelo valor justo: "Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5)". **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda funcional e de apresentação primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Base de medição:** Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à realização monetária são mensurados com base nos valores definidos legalmente ou em contratos; • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros não derivativos são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: **• 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados pelas contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo e depois pelo custo das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado. **3.4. Redução ao valor recuperável:** **• Ativos financeiros (incluindo recebíveis:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, estimados de maneira conservadora, ou se a desvalorização significante da prolongada, econômica publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investe, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, entre outros. A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidos e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são reconhecidos no resultado líquido. Quando os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias, **• Ativos não financeiros:** Os saldos dos ativos não financeiros são revisitos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ação o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor recuperável, ou seja, o maior valor entre o valor estimado na venda e seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e de contribuições sociais diferidos é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 1 ano. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são presumidos quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.6.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PCNG):** A PCNG é constituída pelo método pro rata, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do plano. **3.6.2. Provisão de eventos a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionais, contra despesas de transporte, elações (Allocated Loss Adjustment Expenses - LAE), calculada com base nos avisos de eventos. **3.6.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA é constituída conforme previsto na Resolução Normativa nº 393/2015 e suas respectivas alterações, para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e não tenham sido avisados. **3.7. Provisões para ações judiciais:** As provisões para ações judiciais são constituídas com base nas informações disponíveis e, quando disponíveis, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco (provável, possível ou remota), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com as operações encerradas nos últimos 60 meses, com os respectivos estimativos históricos de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é empregado ou ex-empregado de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), no caso dos processos civis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas com indenizações de contratos de seguro, são provisionadas, trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme Art. 3º, inciso II, da Lei nº 11.960/2009, para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e não reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão

contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais são contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.8. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em suas demonstrações financeiras e apenas a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.9. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a eventos, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais ao valor do desfecho das ações judiciais, a provável realização das provisões para ações judiciais e da aplicação do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as demonstrações financeiras, exceto as descritas nas demonstrações financeiras, são fornecidas no relatório de gestão das demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** • IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal passivo a realizar (adiantamentos ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações (adiantamentos ao IFRS 2) – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Iniciativa de divulgação (adiantamento ao IAS 7) – Em vigor a partir de 01/01/2017; e • Melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Em vigor a partir de 01/01/2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto as descritas nas demonstrações financeiras, sendo que, considerando que a sua adoção foi postergada para 2021 pelo IASB, somente para as companhias predominantemente seguradoras. **3.10.2. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS):** **• Resolução Normativa nº 418:** Esta norma foi emitida pela ANS em 26/12/2016, com início de vigência em 01/01/2017, e delibera sobre plano de contas e divulgação em geral. A SulAmérica analisou a norma e concluiu que não haverá impactos significativos nas demonstrações financeiras. **• Identificação de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar os riscos, garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários desfavoráveis de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of sponsoring Organizations of the treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas, descritas a seguir: **1. Identificação de riscos:** A identificação de riscos é realizada por meio de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **• Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **• Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a risco vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **• Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com a periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessária a atualização. A Companhia conta com regulador central do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a risco da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento e relatório, de modo a garantir a integridade e a confiabilidade das informações. **2. Avaliação de riscos:** O ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subordinação, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios, especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2016, a Companhia registrou um total de receitas com operações de assistência à saúde de R\$114.105 (R\$78.736 em 2015), compreendidas nas seguintes proporções:

	2016	2015
AM	11,34%	15,65%
SP	34,40%	37,87%
RJ	15,76%	15,05%
PE	7,92%	8,29%
SC	10,94%	6,02%
SE	3,26%	4,54%
GO	3,65%	3,18%
Outros	9,63%	9,33%
Total	100,00%	100,00%

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas especificações ou na construção dos contratos, quando a Companhia não possui um monitoramento adequado dos riscos na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. **4.2.1. Riscos de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo a adequação da determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme Art. 3º, inciso II, da Lei nº 11.960/2009, para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e não reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à legalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão

Os eventos indenizáveis líquidos totalizaram uma despesa de R\$61,6 milhões, 82,9% acima do que o reportado no ano anterior. O resultado das operações com planos de assistência à saúde foi de R\$48,0 milhões, crescimento de 17,1% no ano. A linha do resultado financeiro líquido apresentou aumento de 44,5% comparado a 2015, encerrando o ano de 2016 em R\$72 milhões. O resultado líquido da Companhia foi de R\$18,2 milhões em 2016, 23,7% acima em relação a 2015. **4. Distribuição do resultado:**

Descrição (em R\$ milhões)	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	28,0	22,6
(-) Impostos e contribuições	(9,0)	(7,3)
(-) Participações	(0,9)	(0,6)
Lucro líquido do exercício	18,2	14,7
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,9)	(0,7)
Lucro líquido ajustado	17,3	14,0
Dividendos antecipados	4,3	3,5
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios conforme aprovado pela RCA de 09/11/2015	–	3,5
Total dos dividendos obrigatórios	4,3	–
Dividendos adicionais pagos conforme aprovado pela RCA de 09/11/2015	–	6,5
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	13,0	4,0
Expansão de negócios (71,25% do lucro líquido do exercício)	13,0	4,0

5. Investimentos: A Sul América Odontológico S.A. não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades controladas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento":** A Companhia não possui ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento". **7. Acordo de acionistas:** A Sul América Odontológico S.A. não é parte em acordos de acionistas. São Paulo, 21 de fevereiro de 2017. **A ADMINISTRAÇÃO.**

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)

31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)	Notas	2016	2015
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		109.556	74.643
Receitas com operações de assistência à saúde	–	114.105	78.736
Contraprestações líquidas	15.1	114.105	78.736
(–) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(4.549)	(4.093)
Eventos indenizáveis líquidos		(61.585)	(33.668)
Eventos conhecidos ou avisados	15.2	(58.312)	(30.616)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados	–	(3.273)	(3.052)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		47.971	40.975
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	–	2	1
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	5.711	–
Outras receitas operacionais	–	5.711	–
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	–	(9.613)	(6.731)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(220)	(905)
Provisão para perdas sobre créditos	–	(9.393)	(5.826)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	(119)	(95)
Resultado bruto		43.952	34.150
Despesas de comercialização	15.3	(11.514)	(8.040)
Despesas administrativas	15.4	(11.595)	(8.466)
Resultado financeiro líquido	15.5	7.169	4.961
Receitas financeiras	–	7.272	4.979
Despesas financeiras	–	(103)	(18)
Resultado antes dos impostos e participações		28.012	22.605
Imposto de renda	15.6	(6.744)	(6.836)
Contribuição social	15.6	(2.557)	(2.609)
Impostos diferidos	–	344	2.138
Participações sobre o lucro	–	(866)	(596)
Resultado líquido		18.189	14.702
Quantidade de ações		40.894.359	40.894.359
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		444,78	359,51
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

